

HISTÓRIA ORAL: METODOLOGIA CONSTITUTIVA DE NARRATIVAS HISTÓRICAS

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto*

Ilka Miglio de Mesquita**

Laisa Dias Santos***

Resumo: O que objetivamos com esse texto foi fazer uma reflexão acerca da memória e da metodologia da história oral no campo da história. O referencial teórico e metodológico que nos alicerça está ancorado na história cultural e social que dentre outros aspectos tem legitimado a memória enquanto objeto de análise, método e fonte e a metodologia da história oral como possibilitadora de construção de novas narrativas históricas e de ferramentas teórico-metodológicas necessárias à construção de objetos de estudo, sobretudo, os que compõem a história do tempo presente. Eximir-se de pré-conceitos, pré-valores e pré-noções teórico-metodológicas foi à conclusão que chegamos, dado que tanto a memória quanto a história oral nos conduz a caminhos que por outro *modus* não seria possível chegar, ficando determinados fatos relegados ao olvido.

Palavras-chave: História, memória, metodologia da história oral.

ORAL HISTORY: CONSTITUTIVE METHODOLOGY OF HISTORICAL NARRATIVES

Abstract: We aim to reflect about memory and oral history methodology in the field of history. The theoretical and methodological study is anchored in the social and cultural History and other aspects that have legitimized memory as object of analysis, method and source besides methodology of oral history, as a way enable a new construction of historical narratives and theoretical tools methodology which are necessary to build objects of study, especially those that comprise the history of the present time. Our conclusion was that we must free ourselves from prejudices, values and pre-theoretical and methodological concepts, since both memory and oral history lead us to other ways that would not be possible to reach via *modus*, which meant getting some forgettable facts.

Keywords: History, memory, oral history methodology.

Introdução

Movimento de recolhimento e de dispersão que funda a atividade narradora, tantas vezes percebidas como sendo exclusivamente de reunião e de restauração. Movimento mesmo da linguagem onde as “coisas” só estão presentes porque não estão aí enquanto tais, mas ditas em sua ausência. (GAGNEBIN, 1985)

A narrativa histórica, entendida aqui como o ato de dar a ver e ler o passado, nos leva a um movimento feito de escolhas de cores e formas para compor a trama e a urdidura, num entrelaçamento de combinações e desenhos. Como lembra a epígrafe, o “movimento de recolhimento e de dispersão” conduz-nos à organização do tear pela ação da voz e dos olhos, das mãos e da mente, no processo de tecelagem. Na proposta de criação da narrativa histórica, as proposições de pesquisa, o diálogo que estabelecemos com autores e atores são fios que se entrelaçam no tear pelo movimento do rolo urdidor, do pente e da cala, por onde se deslocam os fios da trama...¹ Fios compostos de experiências vividas, sentimentos, reflexões, concepções, olhares.

Para tecer narrativas históricas da produção de pesquisas que desenvolvemos, tendo como campo a história da educação, sentimos necessidade de estabelecermos o movimento do vai-e-vem das peças que se imbricam e efetuam a troca de fios. Trata-se de diálogo, de entrelaçamentos de imagens percebidas e concebidas, pela aventura do movimento produzido no momento da relação feita na diluição, na inteireza do sujeito e sujeitos, do sujeito e objeto de pesquisa. Essa aproximação requer distensão, relaxamento, fundamentais para ouvir e (re)construir, pois quanto mais o ouvinte se desprende dele próprio mais ele assimila a história. Há sempre o momento do recolhimento, do fazer e desfazer, dos recortes, das falhas provocadas pelo esquecimento, pelos lapsos de memória. Tudo isso é próprio da atividade narradora, pois:

Se podemos ler as histórias que a humanidade se conta a si mesma como o fluxo constitutivo da memória e, portanto, de sua identidade, nem por isso o próprio movimento da narração deixa de ser atravessado, de maneira geralmente mais subterrânea, pelo refluxo do esquecimento; esquecimento que seria não só uma falha, um ‘branco’ de memória, mas também atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração. (GAGNEBIN, 1999, p. 3).

Gagnebin se inspira na Odisséia, movimento narrativo da volta de Ulisses, que é determinada pelos próprios obstáculos do retorno. Os esquecimentos de Ulisses, durante suas paradas e desvios, fazem viver o movimento do recolhimento e da dispersão, que se traduz na aventura, na odisséia. Não se trata de um simples retorno, mas de movimento que indica um vai-e-vem próprio das narrativas, que é configurado na astúcia de Penélope, do fazer e desfazer do manto, de sua tessitura persistente, da atividade do lembrar e do esquecer, que compõem os fios da trama, a odisséia (1999, p. 4-5).

A narrativa é passível de múltiplas interpretações, o ouvinte ou o leitor é livre. Nunca tem um final pronto, a questão – o que vem depois? – abre possibilidades de interpretações múltiplas. Para não perdê-las, é preciso manter o ritmo do trabalho ao fiar enquanto se ouve, e adquirir com espontaneidade o dom de narrá-las ou tecê-las. Assim, colocamo-nos na persistência do movimento da tessitura, do fazer e desfazer, como uma forma artesanal de comunicação.

A História Oral é o tear manual de liço composto de ferramentas teórico-metodológicas que podem proporcionar a tessitura do texto narrativo. Os diálogos estabelecidos com atores são conjuntos de fios de memória que compõem a trama; o objeto e o problema da pesquisa são os fios da urdidura, que são colocados previamente no sentido do comprimento do tear. A escolha da História Oral é movimento que se traduz na possibilidade de construir narrativas históricas que queremos contar. Pressupõe também mostrar as ferramentas teórico-metodológicas necessárias para a construção do objeto em estudo.

No “Intervalo: a lógica histórica”, texto que compõe a obra “A miséria da teoria” (1981), Thompson, intervalando uma obra e outra, analisa a produção do conhecimento histórico, revelando que:

O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese [...]; o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. (THOMPSON, 1981, p. 49).

Nesse sentido, fornece um texto que traz possibilidades para a construção da narrativa histórica. A produção histórica foi pensada e praticada por Thompson numa forte interação entre sujeito e objeto, em uma história em movimento, sendo este movimento. O real chega até nós através das evidências, das perguntas que lhe propomos, no estabelecimento do diálogo entre evidência e teoria, mutuamente determinantes para a produção do conhecimento histórico. A teoria – concepções do historiador, conceitos, pressupostos teóricos – é para Thompson (1981) ferramenta de exploração do real. Para esse historiador, o conhecimento histórico é provisório, incompleto, limitado, mas não é inverídico e arbitrário. Assim, o que se pretende é o rompimento com as visões de história que ora supervalorizam o sujeito ora o objeto. Assim, apresentamos neste texto a memória, fios que podem compor uma trama; e a História Oral, o tear manual de liço, é o que favorece o entrelaçamento desses fios na produção do tecido narrativo. Narrativa histórica produzida pelo movimento das vozes, emoções, opiniões, concepções, memórias, identidades e sentimentos.

A memória na construção do tecido narrativo

Memória para a antiguidade helênica é Deusa, Mnemosyne, filha de Gaia e Urano e amada por Zeus, que em noites de amor concebe nove musas, divindades inspiradoras dos trabalhos artísticos: Calíope (poesia), Clio (história), Políminia (pantomima), Euterpe (flauta), Terpsícore (poesia ligeira e a dança), Érato (lírica coral), Melpómene (tragédia), Tália (comédia), Urânia (astronomia). Tais musas, senão todas, mas algumas delas compõem a memória, tornando-a dotada de encantamento, de gostos, de escolhas, de beleza, para além do sentido do conhecer.

Os gregos sacralizaram a memória, transformando-a em divindade, mãe geradora das artes, da inspiração, e se evocada não deixa esquecer. “Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o é do futuro.” (LE GOFF, 1984, p. 20-21). A memória é combativa ao esquecimento, embora envolva também o esquecimento, porque toma posse do espírito do narrador e pela rememoração se reconhece e recobra sua identidade. Portanto, nutrir-se da fonte da memória pode significar a imortalidade ou a preservação da vida.

Da sacração à laicização, da antiguidade à modernidade, a memória foi percebida, pensada, apropriada por filósofos, historiadores, psicólogos, sociólogos, dentre outros pensadores que procuraram e/ou procuram concebê-la pela sua ciência ou campo de referência, tornando-a ora objeto de análise, ora método, ora fonte. Suas apropriações apontam conceitos, concepções e definem seus usos. De modo que a memória, para além de conceitos e apropriações, é também fonte de inspiração para aqueles que enveredam pela história e que objetivam contribuir com a historiografia. Que o digam Paul Thompson e Raphael Samuel, membros do grupo de historiadores da História Social e Cultural Inglesa, que tiveram na memória a inspiração para os seus trabalhos historiográficos.

No intuito de produzir o movimento de análise e reflexão do que é memória, com atenção voltada à sua complexidade, propomos, no diálogo com autores, perceber a matéria-prima e os fios de suas definições, concepções, usos e apropriações. Não temos a intenção de esgotar as abordagens teóricas, mas abrir possibilidades de conhecer, distinguir, entender, para um processo de fiação constituído de constante diálogo e entrecruzamento de ideias, tempos e espaços, em que a memória e a oralidade tenham o merecido lugar na composição e na escrita de um fato. Rever os pré-conceitos, os pré-valores e as pré-noções atribuídos à memória como fonte e como objeto e a metodologia da história oral como uma forma confiável de se encontrar a verdade dos fatos, se revelam imperativos condicionantes do fazer historiográfico. Isto porque a verdade não existe. O que temos são representações do fato e assim sendo, por que não considerar a escuta da memória como sendo um procedimento significativo para a construção do campo historiográfico?

Pelo campo da Sociologia, Maurice Halbwachs (1990) estabeleceu o conceito de memória coletiva, em que a concebeu como resultante das interações dos sujeitos entre si no presente, ligadas ao grupo, portanto com dimensão social. Contudo, os grupos sociais determinam o que será lembrado, porque rememoram aquilo que é significativo para o grupo. Para o teórico, a memória é seletiva, construída pela representação individual do passado, apoiada nas percepções produzidas pela memória do grupo. Halbwachs não nega a memória individual, porém acredita que esta existe sempre a partir de uma memória coletiva, que é para ele questão central:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com os meios. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

A teoria construída por Halbwachs recebeu influências da filosofia de Henri Bergson e de Émile Durkheim. Da aproximação com Durkheim e o seu grupo rendeu-lhe o referencial sociológico, possibilitando a elaboração do conceito de memória coletiva. Da reunião do espírito (consciência) e matéria (corpo físico) de Bergson, Halbwachs associou matéria à memória, constituída de fatos sociais promovidos pela inserção dos sujeitos em grupos de convívio. No entanto, opõe-se a Bergson quanto à conservação total do passado pela memória, porque para Halbwachs as imagens do passado não estão prontas numa galeria subterrânea de nosso pensamento e sim na sociedade, onde se encontra as indicações para a reconstituição de partes de um passado, sempre a partir de situações do presente (HALBWACHS, 1990, p. 77).

A aproximação com Durkheim fertilizou o estudo de Halbwachs sobre a memória enquanto fato social², principalmente pela sua obra de referência sobre os quadros sociais da memória. Sem romper com o pensamento durkheimiano, Halbwachs constrói sua própria teoria sociológica que é reestruturada principalmente a partir de “A memória coletiva”, obra de publicação póstuma (1950), onde se mostra crítico aos pressupostos positivistas.

Tal posição pode ser justificada pela aproximação de Halbwachs ao grupo da Escola dos *Annales* e das críticas recebidas por Marc Bloch pela perspectiva teórica adotada pelo sociólogo. Para Marc Bloch e os historiadores dos *Annales*, memórias coletivas devem ser estudadas sem uma imposição empiricista de padrões de comportamento social, mas voltadas para a compreensão da causalidade inerente às ações sociais (SANTOS, 2003, p. 39). Contudo, é preciso ressaltar que a obra de Halbwachs enfatiza o social e omite das investigações as ações e interações sociais, influência evidente do pensamento de Durkheim.

No combate à história *événementielle*, Halbwachs traça a diferença entre história produzida e história vivida:

Não é na história apreendida, é na história vivida que se apóia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 1990, p. 60).

Por assim dizer, provoca a distinção entre a memória coletiva da memória histórica que, para o autor, esta última “supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a ‘memória coletiva’, [...] aquela que recompõe magicamente o passado” (DUVIGNAUD, 1990, p. 14-15). Ainda, para Halbwachs a expressão “memória histórica” não é uma escolha feliz, pois para ele são dois termos que se opõem. Por essa oposição, há claramente no autor a intenção de separar os conceitos “porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”. (HALBWACHS, 1993, p. 80).

Seguindo o caminho de Halbwachs, Pierre Nora aponta também para a separação entre memória e história, provocada pela ruptura do equilíbrio no processo de mundialização, porque desaparecem as experiências artesanais da tradição e, com isso, os meios de comunicação de massa fazem imperar meios de memória. Por essa formatação, a memória torna-se esfacelada, representada e consagrada por lugares, que seguram os vestígios de um passado, no sentido de guardar ou, talvez, opor-se aos efeitos desintegradores da rapidez da contemporaneidade. Para Nora, é o fim da história-memória.

A história se acelera e o fato é demarcado pela notícia que assinala a sua duração efêmera. Para Nora, o tempo altera-se e é representado pela duração da notícia, pelo novo, pelo imediato. Contudo, a sensação que fica é a de um presente contínuo sem vínculos com os sentidos do passado. Na expressão usada por Nora, “aceleração” trata-se do fenômeno que distancia a memória da história, a mundialização. Pelo tempo vivido na imediatez torna-se possível, então, a ameaça da perda de identidade dos grupos que não mais produzem memórias causadas pelas rupturas constantes das ligações frágeis de convivência (NORA, 1993, p. 8).

O efeito desestruturador promovido pela “aceleração da história” levou Nora a promover a ruptura entre os conceitos de história e memória. Nas palavras do autor: “Memória, história: longe serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra” (NORA, 1993, p. 9). Nesta frase, nota-se a aproximação entre Nora e Halbwachs, pois esse último já havia afirmado que a memória coletiva não pode se confundir com a história porque a

história começa quando a memória termina, ou seja, termina porque não possui mais o suporte do grupo (HALBWACHS, 1990).

Para Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Por assim dizer, o autor indica um caráter afetivo e sagrado da memória produzida pelas relações sensíveis entre os grupos, porque se relaciona com o vivido no eterno presente, porque é mágica “não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993, p. 9).

Em contraposição, a história é construída por operação intelectual e laicizante; é reconstrução problemática e incompleta de um passado que requer análise crítica. Assim, organiza sentidos dicotômicos para memória e história, provocando rompimento de relações entre os termos. Enquanto a memória vincula-se com as formas artesanais da tradição de um tempo não industrial, a história está intimamente ligada com a modernidade. Então, para o historiador Pierre Nora, o que chamamos hoje de memória não é mais, “é história”. (NORA, 1993, p. 14). Essa tensão, expressada na escrita de Nora, está intimamente ligada aos rompimentos provocados pelos movimentos de globalização, da perda de referências, da própria desritualização da história. Então, há um empenho pela preservação das marcas do tempo na sacralização dos lugares de memória.

Para a historiadora Jacy Seixas, as reflexões de Nora proporcionam o aprisionamento ou encurralamento da memória pela história, pois transformam a memória em objeto e trama da história, logo em memória historicizada. Os lugares de memória, expressão de Nora, tornam-se o exílio da memória que, então guardada, pode servir de testemunho para a história. (SEIXAS, 2001, p. 41). François Dosse, por sua vez, aponta que a dissociação entre memória e história, proposta inicialmente por Halbwachs e retomada por Nora,

tem, certamente, um valor heurístico num primeiro tempo, aquele da subversão interior de uma história-memória por uma história crítica, mas ela rapidamente abre espaço, pelo dever imperioso da memória, para uma reaproximação inelutável entre esses dois pólos que são a memória, de um lado, e a história de outro, todas as duas modificadas pela prova da experiência de uma dupla problematização

no seio da qual o caráter abstrato, conceitual da história transformou-se a ponto de renunciar à pretensão de tornar-se uma física social cortada do vivido. (DOSSE, 2003, p. 283).

A oposição entre história e memória, praticada por Halbwachs e Nora, tornou-se canônica pela reafirmação nos muitos trabalhos historiográficos. No entanto, pela indicação de Dosse, os atuais estudos da história social da memória apontam para a não pertinência da oposição entre memória e história: "A própria aproximação dessas duas noções lembra a dimensão humana da dimensão histórica." (DOSSE, 2003, p. 284). Contudo, o desejo de memória no jogo das obsessivas comemorações das últimas décadas do século XX, indicado por Nora, reemprega os acontecimentos do passado com o sentido de legitimar a nação e dirigir a consciência nacional. Trata-se da supervalorização dos fatos passados pela sacralização da memória, que faz Nora afirmar: "História santa porque nação santa. É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado" (NORA, 1993, p. 11).

Essas celebrações são tomadas hoje pelo movimento crítico da produção historiográfica e podem ser interpretadas pelo deslocamento de olhar do historiador sobre o objeto de conhecimento. Se antes o objeto de conhecimento histórico era o vivido agora passa a ser a própria história. Segundo François Dosse:

O que está em jogo é a tomada de consciência, pelos historiadores, do estatuto de segundo grau de seu discurso. Entre história e memória, o fosso não está eliminado. Deve-se evitar o impasse ao qual uma grande separação conduz, mas também a fusão dessas duas dimensões. (DOSSE, 2003, p. 286).

Se por um lado a separação entre memória e história pode provocar a perda da fertilidade do diálogo entre os dois conceitos, por outro a fusão incestuosa pode tornar-se instrumento de manipulação dos atos comemorativos ou lugares de memória, na expressão de Nora. De acordo com Paul Ricoeur (2003), tanto o excesso de memória, pela obsessão por comemorações, quanto a insuficiência de memória individual, presente nos países totalitários, propiciam os abusos de memória. Por um lado, constata-se todo um trabalho de rememoração, necessário à afirmação da identidade nacional, por outro um trabalho de esquecimento, vinculado à manipulação da história. Os abusos de memória se traduzem pela prática obsessiva das comemorações, que têm como características a rememoração dos momentos gloriosos como também das humilhações sofridas. Exemplos como o das comemorações alusivas a descoberta do Brasil e a proclamação da República do Brasil ou mesmo dos sentimentos que envolvem as lembranças da seca do nordeste no ano de 1917 e dos atos terroristas da década de 1960 são reveladores de como a história pode estar associada à memória.

Ricouer (2003) compreende que essa memória é incorporada na constituição da identidade a partir de sua função narrativa. Nesse sentido, a memória viabilizada pela narrativa é autorizada por uma história, supostamente oficial, para ser apreendida e celebrada. Em “La memoria, la historia, el olvido”, analisa as questões problemáticas que entrelaçam memória, história, justiça, interrogando sobre a ideologia que atua por meio da memória para se transformar em narrativas históricas. No sentido de condenar os excessos de memória e no dever de exigir uma verdade histórica, Ricouer trabalha na defesa de uma política de justa memória, centrada na idéia do dever de memória aos injustiçados da história. Mas adverte que, sob o signo da necessidade de justiça, possa-se converter o dever de memória em abuso de memória: “El deber de memoria hesita continuamente entre uso y abuso porque suproclamación permanece cautivadel síndrome de obesión” (RICOUER, 2003, p. 122).

Michael Pollak (1989), por sua vez, mostra que os estudos atuais da memória têm abalizado para a desconstrução oficial do discurso historiográfico que produziu a memória oficial desde o século XIX. Diz Pollak, baseando-se em Durkheim, que “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 4).

A historiografia procura, então, romper com a memória nacional ou oficial consolidada, trazendo à tona as “memórias subterrâneas”. São essas memórias que fazem “aflorar conflitos entre memórias emergentes e memórias estabelecidas, estas organizadoras da ordem social” (D’ALESSIO, 1998, p. 269). Nesse sentido, Pollack aponta que essas memórias em disputa tornaram-se objetos de pesquisa privilegiados pelos estudiosos (POLLACK, 1989, p. 4). O próprio Pollack analisa as chamadas “memórias subterrâneas” ou marginalizadas, em que evidencia como estas memórias competem na consolidação de uma identidade, pelo desejo de firmarem uma história e pelo papel representativo enquanto grupo social. Nesse embate de disputas entre a memória hegemônica ou oficial e as marginalizadas, elucida os interesses e conflitos, reforçando os sentimentos de pertencimento e de estabelecimento de fronteiras entre um grupo e outro. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9).

Em outro texto de 1992, Michael Pollak trata especificamente da complexidade da ligação entre memória e identidade. Ressalta os elementos constitutivos de memória individual ou coletiva, quando indica os acontecimentos, os personagens e os lugares que a compõe. No que diz respeito aos acontecimentos, o autor enfoca que podem ser vividos pessoalmente ou por tabela, pois considera que a memória também advém do sentimento de pertença (herdado) e não necessariamente pela vida

vivida em grupo. Os mesmos critérios são aplicados aos personagens, já que ao falar de pessoas, essas podem ser conhecidas direta ou indiretamente, porque por meio do processo de socialização ocorre a identificação. Então, falar sobre personagens que se transformaram em conhecidas, mesmo não necessariamente pertencente ao mesmo espaço-tempo, é perfeitamente possível. Como terceiro elemento constitutivo de memória, Pollak se refere aos lugares, que são particularmente ligados a uma lembrança íntima que pode ser pessoal ou pertencente à memória pública, mais especificamente às comemorações (POLLAK, 1992, p. 201-202).

Assim, ao evidenciar os diferentes elementos da memória e descrever os fenômenos de projeção e transferência que podem ocorrer na organização da memória individual ou coletiva, Pollak ressalta que a memória é seletiva, sofre flutuações e trata-se de um fenômeno construído. Nesse movimento de construção da memória confere ao sujeito o sentimento de identidade, relacionado à imagem que imprime de si, expõe a si mesmo e aos outros. Portanto, possibilita a compreensão da relação entre memória e identidade como “fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Nessa perspectiva de análise, da chamada “história social da memória”, não se trata de submeter a memória a operação crítica da história, de transformá-la em simples objeto da história ou senhora da memória, mas de concebê-la, no desdobramento do debate historiográfico, como uma de suas matrizes. Pois, enquanto trabalhos historiográficos apresentam forte oposição entre memória e história e outros as igualam, lançam-se outras possibilidades de se relacionarem, sem mesmo se oporem ou confundirem.

Sobre a apropriação da memória pela história, a historiadora Jacy Alves de Seixas, em “Percurso de memórias em terras de História: problemáticas atuais”, esclarece que o extremo interesse por uma memória utilitária traz consigo certa vulnerabilidade teórica. Nas relações estabelecidas entre memória e história têm-se privilegiado a memória voluntária e excluído “a faceta involuntária e afetiva inerente à memória” (SEIXAS, 2001, p. 47-48). Nesse sentido, a historiografia pode deixar de lado o caráter espontâneo da memória, movimento que lhe é próprio. A historiadora, em seu exercício de reflexão, pensa que se interrogarmos o que a cultura historiográfica, que privilegia a memória voluntária, deixa de lado, pode-se desvelar outras reflexões que considerem “a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, sociais e políticas; a função criativa atribuída comumente às utopias e aos mitos”. É necessário, se atentarmos para as reflexões sobre as relações entre memória e história, “iluminar a memória também a partir de seus próprios prismas”. Isso significa voltar a atenção “para o movimento próprio à memória humana, ou seja, o tempo-espaço no qual ela se move e o decorrente caráter de atualização inscrito em todo percurso de memória” (SEIXAS, 2001, p. 44-45).

Para tanto, Jacy Alves de Seixas, em diálogo com os estudos de Proust e Bergson, tece reflexões a partir da noção de memória involuntária, que, para a historiadora, trata-se de memória espontânea e, por sê-la, é “feita de imagens que aparecem e desaparecem independentemente de nossa vontade”. Portanto, a memória é “algo que ‘atravessa’, que ‘vence obstáculos’, que ‘emerge’, que irrompe: os sentimentos associados a este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes”. Mesmo que o passado integral esteja perdido, “aquilo que retorna vem *inteiro*, íntegro” porque possui “tonalidades emocionais e ‘charme’ afetivo” (SEIXAS, 2001, p. 46-47).

Qual o movimento próprio da memória? Qual a matéria-prima que compõe os seus fios? Trata-se de trazer à tona um passado que “continua vivo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, *reatualizado*” (SEIXAS, 2001, p. 49). Nesse sentido, ao retomar e recriar representações de um determinado real, a memória introduz o passado no presente, atualizando o passado, sem necessariamente modificá-lo. O tempo passado trazido à tona, ao tempo presente, tem função prospectiva de lançar-se ao futuro. Portanto, a ação inscrita no movimento da memória traz em si uma dimensão prática e interessada em agir e não simplesmente de conhecer e entender o passado. O que se busca, utilizando a metodologia da história oral, é justamente conhecer do que a memória é capaz ao se projetar.

No movimento de percepção da matéria-prima que compõe os fios da memória, sentimos que esta é carregada de conhecimentos, é combativa ao esquecimento e plena de esquecimentos, é individual e coletiva, é movida no entrecruzamento de espaços e tempos. Não é na história apreendida, é na história vivida e/ou herdada que se apóia nossa memória. Pela memória a vida é (re)significada com a experiência de alguém que traz a sua história em relação a outra história.

A metodologia da história oral e a narrativa histórica

A forma de se produzir narrativas históricas é retomada pela história oral ao entrevistar pessoas que participaram de algum acontecimento, testemunharam ou constituíram alguma visão que a aproxima do objeto em estudo. Não como Heródoto³ o fez, porque hoje lançamos mão da entrevista gravada e organizada no sentido de produzir narrativas fundamentadas pelo diálogo entre dois sujeitos, que se identificam narradores. “Junto à primeira pessoa do entrevistado se situa a primeira pessoa do historiador, sem o qual não haveria entrevista”. Embora sejam narrativas autônomas, tanto o informante quanto o historiador entram na narrativa porque tomam parte da história produzida (PORTELLI, 1997, p. 37). Diríamos, então, que há aí uma mudança na pessoa da narrativa do eu para o nós, porque pelo diálogo entre o eu e o tu há essa fusão no sentido de vivenciar as experiências do outro, incorporando-as, compreendendo as elocuições de sua vivência.

Para Verena Alberti, trata-se do modo de pensar hermenêutico, pelo qual “consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo e em acreditar que as coisas [...] têm um sentido latente, ou profundo, a que se chega pela interpretação” (ALBERTI, 2004, p. 18). Assim, do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado surgem narrativas de entrevistas da história oral que se transformam em narrativa histórica pelo movimento operado pelo historiador em relação às suas fontes, reunindo fragmentos de um passado vivido, concedendo-lhes forma e constituindo seus sentidos. A construção de uma narrativa histórica a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-metodológicos escolhidos e de olhares, tanto do historiador como dos sujeitos envolvidos no processo, é marcada “por nossa inserção cultural e social enfim, por nossa própria subjetividade” (RAGO, 2005, p. 10).

Percebemos, então,

que a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como ‘construções’ desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber ‘ouvir contar’: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos. (ALBERTI, 2004, p. 10).

Assim, tomamos as narrativas como experiências que nos são narradas pelo diálogo promovido nas entrevistas com “atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea.” Nesse sentido, acontecimentos, contextos ou situações vividas pelo entrevistado são transmitidos ao entrevistador, constituindo-se ambos, no momento mesmo da entrevista, sujeitos da narrativa re-construída pelo diálogo. O entrevistado, ao contar suas experiências, transforma o que foi vivido em linguagem, “selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (ALBERTI, 2004, p. 77). Por sua vez, o entrevistador, ao “ouvir contar” as narrativas, além do aprendizado ou do conhecimento de uma “versão” sobre o passado, transforma as representações em fatos passíveis de serem historiografados. Isto porque

As narrativas na história oral (e não só elas) se tornam especialmente *pregnantes*, a ponto de serem *'citáveis'*, quando os acontecimentos no tempo se imobilizam em imagens que nos informam sobre a realidade. É neste momento que as entrevistas nos ensinam algo mais do que uma versão do passado. Nem todas apresentam essas possibilidades, mas quando apresentam, podem se tornar ricos pontos de partida para a análise. (ALBERTI, 2004, p. 89).

Verena Alberti toma “o conceito de narrativa em um sentido amplo, e não apenas como relato de uma ação no tempo.” Para a historiadora, mesmo “que o conceito seja muitas vezes empregado para designar o desenvolvimento de uma ação que termina diferente do que começou,” torna-se conveniente “tomá-lo como o trabalho da linguagem em produzir racionalidades. Essa noção abrange todo e qualquer ato de fala, a comunicação” (ALBERTI, 2004, p. 93). Nesse mesmo ano de 2013 em artigo intitulado “De 'versão' a 'narrativa' no Manual de história oral” a mesma autora deixa clara a sua justificativa ao trocar o uso, em seu manual de história oral, de versão para narrativa. Segundo ela o que os seus entrevistados lembram e expõem não podem e não deve ser considerados simplesmente versões de fatos, mas sim “resultado único, como ocorre com muitos documentos e fontes na história.” (ALBERTI, 2012, p. 165).

Foi Paul Thompson, ao escrever “A Voz do Passado”, que colocou em evidência a história oral enquanto método para instigar os historiadores a se indagarem sobre o que estão fazendo e porque estão trabalhando tal objeto. Contudo, procurou saber de quem era a voz do passado no sentido de dar outros significados para a História. Para esse historiador, uma das mais ricas possibilidades do trabalho com a história oral se encontrava “no desenvolvimento de uma história mais socialmente consciente e democrática.” Nesse sentido, a história oral podia “levar os historiadores a tomarem consciência de que sua atividade se exerce, inevitavelmente, dentro de um contexto social e que tem implicações políticas” (THOMPSON, 1992, p. 10). Paul Thompson considerou ainda que o trabalho historiográfico a partir da evidência oral:

pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*. (THOMPSON, 1992, p. 137).

São muitas as potencialidades da história oral apontadas pelo autor. A história oral para Paul Thompson (2002, p. 9) trata-se da “[...] interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”. Por assim defini-la, recomenda que a concepção de história oral não pode ser estreita, com regras fixas ou como uma subdisciplina separada. Para o autor, história oral é um método essencialmente interdisciplinar, por ser “[...] um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura, e assim por diante” (THOMPSON, 2002, p. 10). Sua força crucial está na interação humana que transcende essas fronteiras disciplinares. Acredita que a combinação interdisciplinar de métodos pode representar grande potencial para as pesquisas futuras. Portanto, a riqueza potencial deste método continua aberta hoje e no futuro, enquanto possamos exercitar a habilidade humana de aprender a ouvir.

Verena Alberti comunga com a posição de Paul Thompson porque a história oral para a autora não é e não pertence a um domínio estrito do conhecimento, por não pertencer mais “à história do que à antropologia, ou às ciências sociais, nem tampouco que ela seja uma disciplina específica das ciências humanas”. Para Verena Alberti, a especificidade da história oral “está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno pluridisciplinar” (ALBERTI, 1989, p. 1-2).

Nesse sentido o também historiador inglês Raphael Samuel evidencia a importância da história oral, pois para ele:

Documentos não podem responder; nem, depois de um certo ponto, eles podem ser instigados a esclarecer, em maiores detalhes o que querem dizer, dar mais exemplos, levar em conta exceções, ou explicar discrepâncias aparentes na documentação que sobrevive. A evidência oral por outro lado é infundável, somente limitada pelo número de sobreviventes, pela ingenuidade das perguntas do historiador e pela sua paciência e tato. (SAMUEL, 1990, p. 230).

Por sua vez, Antonio Torres Montenegro afirma que questões e interrogações enfrentadas na atualidade pela história também se relacionam ao debate acerca da história oral, associado à problemática da história imediata e “resultante da produção do saber nas diversas áreas do conhecimento.” Assim, assinala a imprecisão que as duas palavras que compõem a expressão “história oral” contêm, argumentando que mesmo que a história, enquanto produção de conhecimento, possibilite a recuperação de marcas e significados do passado, esse movimento necessita de diversas fontes que apresentam especificidades de trabalho o que remete o historiador a um constante diálogo interdisciplinar. Para o autor,

“o estudo do passado a partir das marcas registradas pela oralidade, através de entrevistas gravadas não funda, nem se constitui [...] em uma outra disciplina ou campo de conhecimento” (MONTENEGRO, 1997, p. 197-198). Nesse sentido, o estatuto epistemológico será definido a partir do processo de investigação e da escolha dos elementos teóricos que imprimem marcas do campo de conhecimento na produção dos depoimentos, na maneira de coletá-los e no tratamento recebido.

Ao tecer a sua análise, Montenegro pretendeu também desmistificar o universo epistemológico clássico de ciência totalizante, herança do positivismo do século XIX, assegurando “a idéia que há formas de comunicação e por extensão de influência entre os diversos campos, embora não seja possível determinar a priori a extensão ou a forma desta influência” (1997, p. 207). Contudo, a história oral ou o fazer historiográfico a partir de depoimentos orais, que por ora pode se constituir em alvo de embates⁴ como a própria História, traz em si a possibilidade de rememoração do passado individual e coletivo que remete às experiências vividas e aos significados históricos.

Reflexões sobre o uso da história oral podem também ser evidenciadas na análise tecida por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado na apresentação da obra “Usos e abusos da história oral”, em que as autoras concebem a história oral como metodologia que se remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica, sendo esta última concernente à disciplina histórica (FERREIRA; AMADO, 1998, p. viii). No entender das autoras, “a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...] funcionando como ponte entre teoria e prática”. Por ser uma metodologia, a história oral suscita questões, formula perguntas sem oferecer respostas ou soluções. Consegue enunciar perguntas que fazem com que o entrevistado rememore acontecimentos vividos, como também pode trazer diferenças de rememoração do grupo de informantes para um mesmo fato histórico ou data. Sendo uma metodologia, a história oral “não dispõe de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamentos descritos”. Para as autoras, é a teoria da história que será capaz de encontrar encaminhamentos e respostas “pois se dedica, entre outros assuntos, a pensar os *conceitos* de história e memória, assim como as complexas *relações* entre ambas” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. xvi).

José Carlos Sebe Bom Meihy, por sua vez, procura definir história oral como uma história viva porque “implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado” (2002, p. 15). Por um conjunto de procedimentos, na prática de apreensão de narrativas de depoimentos gravados e transformados em textos escritos, a história oral pode promover análises na medida em que procura responder “à necessidade de preenchimentos de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os dilemas e as benesses da vida no presente” (BOM MEIHY, 2002, p. 20). Por

assim dizer, o autor valoriza a fala enquanto fator decisivo para as análises porque, para ele, “todo relato é uma narrativa histórica no sentido intencional dos autores” (BOM MEIHY, 2002, p. 31).

Para nós, o momento da entrevista pode ser definido como o mais rico: de expressão, de compreensão, de experiência vivida. É a experiência vivida que emerge concreta, viva, histórica, apoiada no próprio ato, muitas vezes não totalmente consciente, mas (re)pensada no momento da reminiscência. É o momento de encontrar o eu no outro. Podemos dizer:

o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo *compreender* as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação. [...] No caso de entrevistas de história oral, ele também requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos. (ALBERTI, 2004, p. 18-19).

A interação entre entrevistado e entrevistador é construída pelo momento da entrevista, mas também pelos primeiros contatos que se firmam para além de todo o processo de pesquisa. Isto porque a voz que se faz ouvir pelo ouvinte traz em si a intenção de criar uma fonte especial que revela as ações de um determinado grupo ou indivíduo “de modo a conservar a ‘identidade’ e a construir os significados da sociedade” (ALBERTI, 2004, p. 21). São diálogos profícuos em que se pode sentir o movimento de inter-relação, a dinâmica da narrativa e a potencialidade da história oral em:

ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2004a, p. 19).

A história oral, portanto, não deixa de ter o seu rigor próprio e o que a diferencia de outras metodologias ou formas narrativas não é objeto ou o problema a ser investigado, é o caminho trilhado na aquisição e produção de conhecimentos. Nesse caminho, há o momento da transcrição, da textualização e do uso das entrevistas. Quanto à transcrição, torna-se essencial manter como fora narrado no momento da entrevista, embora possa ocorrer à impossibilidade de, na transposição da língua falada para a

língua escrita, incorporar os gestos, as emoções, os silêncios... A textualização deve ser seguida de várias leituras e escutas, interferindo nas devidas pontuações da linguagem escrita e preservando os sentidos originais de cada construção narrativa. A construção narrativa projetada pela fala e pelo diálogo, (re)construídos na tessitura de sua globalidade, não é “como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos” (PORTELLI, 1997, p. 16). É por esse viés que trabalhamos nas pesquisas em histórias da educação, fazendo o uso de entrevistas e produzindo tecidos narrativos.

Para nós, a história oral é concebida neste trabalho como uma metodologia que instiga à produção de narrativas, à compreensão dos contextos, instituições e experiências vividas e, sobretudo, que permite a produção da tessitura historiográfica vivificada pelo diálogo. Um tear manual composto de peças e fios que traz em si o movimento que impulsiona a organização e realização de entrevistas, no sentido de orientar rememorações de experiências vividas, de promover o diálogo com as evidências e de potencializar ou permitir que o tecelão produza o seu tecido historiográfico.

Por essa composição, nos envolvemos no movimento de tessitura da narrativa histórica pelas pesquisas que desenvolvemos e as que ainda estão sendo pensadas. Importa-nos, portanto, compreender as diversas maneiras de pensar e agir em relação à história da educação, ao ensino e formação de professores, sobre o presente/passado vivido no momento da rememoração, pois esse afloramento do conteúdo advindo da reminiscência é possível pela análise e reflexão teórico-metodológica da história oral. A ação interativa, promovida pela comunicação entre entrevistado e entrevistador, pode ser permeada pela cumplicidade em relação ao objeto de estudo, pois ambos trabalham conscientemente pela significação da experiência vivida, pela arte da narração. “O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam” (BOSI, 1995, p. 85).

Considerações finais

A metodologia da história oral traz experiências de um passado vivificado pelo diálogo, com a possibilidade de produzir um outro enredo para os acontecimentos. Nessa arte de produzir conhecimentos “não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade; a história oral *trata* da subjetividade, memória, discurso e diálogo”. Nesse sentido, o que se cria “é um texto dialógico constituído de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as múltiplas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores.” (PORTELLI, 1997, p. 26-27).

Assim, nosso ofício proporciona ir além das fontes documentais, pois a história oral suscita a análise pela pluralidade de argumentos

produzidos pela palavra e pelo diálogo constituído de memória. Por essa imbricação assumimos a tarefa de tecer narrativas históricas com o propósito de “impedir que o consumo diuturno do esquecimento e da perda da identidade se constitua no signo maior da modernidade” (NEVES, 2000, p. 115). Portanto, assumimos esse compromisso com a história e a historiografia da educação brasileira, quando, dentre outros trabalhos que antecedem o atual, produzimos o projeto de pesquisa “Memória oral da educação sergipana” que toma como objeto de análise a memória oral de educadores sergipanos que tem por objetivo maior perceber como se constituíram seus modos de educar e como se compuseram professores(as). Com isso, buscamos compreender as narrativas contadas e que dão sustentação à construção de uma História da Educação em Sergipe, os tornando produtores do conhecimento. É através das histórias contadas/narradas que podemos vencer obstáculos e produzir uma história, na qual os sujeitos simples poderiam cair no esquecimento.

Notas

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória – GPSEHM. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. E-mail: raylanenavarro@bol.com.br

** Doutora em Educação pelo Grupo Memória da Universidade de Campinas. Membro do Grupo de Pesquisa Historiar do GEPHE-FAE-UFMG; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Tiradentes. E-mail: ilkamiglio@gmail.com

*** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Tiradentes. Aluna de Iniciação Científica PROBIC/UNIT, membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória – GPSEHM. E-mail: laisadias10@gmail.com

¹ A produção do tecido pelo tear manual de liço é análoga, neste texto, com a construção da narrativa histórica.

² Para Durkheim o fato social é algo geral, coercitivo e exterior ao indivíduo.

³ Heródoto e Tucídides são considerados os primeiros historiadores. O primeiro trouxe o significado para a História enquanto “investigação, pesquisa, informação”, ao construir um saber fundado em depoimentos essencialmente orais com a finalidade de “reconstituir a cadeia dos acontecimentos históricos e de designar suas causas naturais próximas ou distantes” (TÉTART, 2000, p. 13). Heródoto, ao mostrar o que testemunhou e pesquisou, não se liberta do maravilhoso. Sua prosa evidencia o anedótico, digressões fantásticas e o desejo de seduzir o leitor ou o ouvinte para suas práticas narrativas de relatos de viagem, relatórios de pesquisa, informações agradáveis que englobam “os aspectos da realidade dignos de menção e de memória.” Na sua tarefa de historiar “fala daquilo que ele mesmo viu, ou daquilo de que ouviu falar por outros; ele privilegia a palavra da testemunha, a sua própria ou a de outrem” (GAGNEBIN, 1997, p. 16). Sua obra não tem a pretensão de uma significação estritamente histórica em revelar aquilo que se diz verdadeiro, mas objetiva contar os acontecimentos passados “para que o tempo não apague os trabalhos dos homens e que os grandes atos realizados, seja pelos gregos, seja pelos bárbaros, não caiam no esquecimento” (HERÓDOTO apud TÉTART, 2000, p. 14). Contudo, seu trabalho

evidencia a luta contra o esquecimento pelo dever de conservação da memória, como também destaca a importância de conhecer o outro (bárbaros).

⁴ A denominação história oral gerou embates pela adjetivação dada à História. No entanto, “o adjetivo ‘oral’, colado ao substantivo ‘história’, foi sendo divulgado e reforçado pelos próprios praticantes da nova metodologia, desejosos de realçar-lhe a singularidade, diferenciando-a das outras metodologias em uso” (FERREIRA; AMADO, 1998, nota de rodapé, p. xii).

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. **Revista de História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da Memória na Historiografia: Identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**, São Paulo: EDUSC, n. 17, p. 269-280, 1998.

DOSSE, François. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio – Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. **História e narração em Walter Benjamin**. 2 ed. revisada. São Paulo: Perspectiva S.A, 1999.

_____. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Memória – história**. Lisboa: EINAUDI / Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Notas, reflexões e propostas. In: **Anais do Seminário Perspectivas do Ensino de História**. São Paulo: FEUSP, 1988.

_____. História oral e interdisciplinaridade. A invenção do olhar. In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, São Paulo: EDUSC, 1993.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos de identidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, Rio de Janeiro, n. 3, jun. 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, n. 14, São Paulo: EDUSC, 1997.

_____. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**, n. 14, São Paulo: EDUSC, 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta (orgs.). Ética e História Oral. **Projeto História**, n. 15, p. 13-49, 1997.

RAGO, Margareth. A História repensada com ousadia. In: JENKINS, Keith. **A História repensada**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RICOUER, Paul. **La memória, la historia, el olvido**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 89/fev. 90.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a História? **Projeto História**, n. 24, São Paulo: EDUC, 2002.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História Oral e contemporaneidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-28, jun. 2002.

Recebido em: setembro de 2012.

Aprovado em: fevereiro de 2013.